

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
QUARTEL DO COMANDO GERAL
ESTADO-MAIOR GERAL
1.ª SEÇÃO

Publicado:
BG nº 72 , de 18abr2005.

**REGIME ESPECIAL DE TRABALHO PARA OS BOMBEIROS MILITARES
REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DO ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR
DA REDE DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUIÇÃO – PORTARIA**

Portaria n.º 8, de 14 de abril de 2005.

Regula no âmbito do CBMDF o Regime Especial de Trabalho para os bombeiros militares quando matriculados em cursos regulares da rede de ensino do Distrito Federal, na forma que específica e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º da Lei n.º 8.255, de 20 nov. 91 (LOB), combinado com o inciso VII, do art. 47, do Decreto n.º 16.036, de 4 nov. 94 (Reg. da LOB) e ainda,

Considerando o disposto no art. 7º, da Portaria n.º 347/2002-SGA, que dispõe sobre o horário de funcionamento dos órgãos de Administração Direta, Autarquias e Fundacional do Distrito Federal e horário de trabalho dos servidores;

Considerando que cabe a esse Comando Geral, discricionariamente estabelecer os horários de funcionamento da Corporação e as condições para cumprimento de atividades e missões por parte de todos os bombeiros militares, atendidos os princípios legais, resolve:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Regular, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, o Regime Especial de Trabalho para militares quando regularmente matriculados em cursos de ensino médio e superior da Rede de Ensino do Distrito Federal, na forma estabelecida abaixo.

§ 1º O Regime Especial de Trabalho que trata o “*caput*” deste artigo aplica-se ao militar que comprovar a incompatibilidade entre os horários escolares e o da Corporação, contudo, não poderá haver prejuízo ao exercício das funções que exerce ou à solução de continuidade dos serviços a cargo da Administração BM.

§ 2º O bombeiro militar interessado, poderá requerer o benefício do Regime Especial de Trabalho, para frequentar o curso do ensino médio, superior ou de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

§ 3º Caso o militar esteja frequentando mais de um curso simultaneamente, o benefício de que trata a presente Portaria, será concedido à apenas um deles.

§ 4º O afastamento do militar do serviço, ocorrerá dentro dos períodos previamente estabelecidos pela administração, conforme curso que realiza, e após, reassumirá suas funções administrativas, ou operacionais do dia, conforme a escala de serviço pertinente.

CAPÍTULO II

DA ATRIBUIÇÃO PARA CONCEDER O HORÁRIO ESPECIAL

Art. 2º Em suas respectivas esferas de atuação, a competência para a concessão do horário especial, será das seguintes autoridades:

- I - Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante;
- II - Chefe de Gabinete do Comandante-Geral;
- III - Diretores;
- IV - Comandantes Operacionais;
- V - Ajudante-Geral.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO

Art. 3º São requisitos para a concessão do Regime Especial de Trabalho:

- I - estar regularmente matriculado em curso do ensino médio, superior ou de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado);
- II - ter manifestação favorável de seu comandante ou chefe imediato;
- III - estar no mínimo no comportamento BOM.

CAPÍTULO IV

DOS MEIOS PARA A CONCESSÃO E DO RECURSO

Art. 4º O militar interessado, poderá solicitar a qualquer tempo, a concessão do benefício, mediante requerimento dirigido à autoridade com atribuição para concedê-lo.

§ 1º O requerimento será instruído com declaração do estabelecimento de ensino, onde deverá constar:

- I - identificação do curso;
- II - comprovação de matrícula;
- III - dias e horários da realização das aulas;
- IV - datas de início e término do período letivo;
- V - tempo previsto de realização do curso (semestre ou ano);
- VI - endereço do estabelecimento de ensino e telefones para contato.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* do presente artigo, deverá ser precedido de manifestação de sua chefia imediata, que o fará subir à autoridade de que trata o Art. 2º, devidamente instruído, observada a cadeia hierárquica.

Art. 5º Os requerimentos protocolados deverão ter sua solução publicada no prazo máximo de 15 (quinze) dias em BG ou interno.

Art. 6º Indeferido o pleito, o militar, obedecendo as normas estabelecidas para tramitação de documentos da Corporação, poderá impetrar recurso administrativo junto ao Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante da Corporação, que solicitará caso necessário, informações complementares de instrução aos órgãos afins da Corporação e, deliberará sobre o assunto no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO V DO PROCESSAMENTO

Art. 7º Para concessão do Regime Especial de Trabalho terá preferência, dentro de cada círculo hierárquico, o militar mais antigo.

Parágrafo único. Caso o militar mais antigo já tenha sido beneficiado, a preferência será daquele que lhe segue no mesmo critério.

Art. 8º O militar que obtiver o benefício do Regime Especial de Trabalho e desenvolva suas funções BM no horário do expediente administrativo instituído na Corporação, deverá cumprir integralmente a carga horária semanal de trabalho em vigor, em horário alternativo estabelecido pela autoridade que concedeu o benefício.

§ 1º Havendo a impossibilidade de se repor as horas não trabalhadas, a critério da administração, o militar poderá ser escalado para o serviço operacional nos finais de semana, feriados ou escala extra, de forma a compensar as horas não trabalhadas.

§ 2º O militar de que trata o “*caput*” deste artigo, cumprirá normalmente os serviços de escala de sua OBM ou naquela para a qual fora designado, sendo facultada a permuta para cumprimento dos serviços nos finais de semana e feriados.

Art. 9º O bombeiro militar que cumprir o serviço de escala operacional, poderá ser beneficiado pelo regime especial de trabalho, desde que não ocorra prejuízo a escala de serviço.

§ 1º O número de horas não trabalhadas deverá ser obrigatoriamente compensado em horário que melhor convier à administração bombeiro militar.

§ 2º Em observância ao dispositivo legal da Corporação que institui as escalas de serviço, fica vedado ao militar dobrar dois serviços de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 10 O número de bombeiros militares incluídos no regime especial de trabalho não excederá a 20% (vinte por cento) do efetivo da OBM a que pertencer o interessado.

Parágrafo único. Atingindo o percentual estabelecido no “*caput*” deste artigo, o militar poderá solicitar transferência para outra OBM que possibilite a concessão do regime especial de trabalho, observado o interesse da administração.

Art. 11 O cancelamento da matrícula, a desistência, a suspensão definitiva ou temporária do funcionamento do curso por qualquer motivo, a conclusão ou colação de grau, deverão ser comunicados formalmente e imediatamente, pelo militar, a seu Comandante ou Chefe imediato, que por sua vez informará tal situação à autoridade concedente.

Parágrafo único. Fica facultado ao chefe imediato do militar beneficiado com o Regime Especial de Trabalho, a qualquer tempo, solicitar a comprovação de matrícula ou presença ao curso que está autorizado a frequentar.

Art. 12 A concessão de Regime Especial de Trabalho não isenta o militar do cumprimento de qualquer atividade eventual ou missão e atribuição de caráter transitório, inopinado ou temporário, seja de natureza administrativa ou operacional, tais como: formaturas, prevenções, escalas extras, convocações de emergência, representações ou qualquer outra de interesse do serviço da administração bombeiro militar.

Parágrafo único. Não será concedido o Regime Especial de Trabalho, quando acarretar prejuízo ao serviço ou redução da carga horária de trabalho a ser cumprida pelo bombeiro militar quando comparado a seus pares.

CAPITULO VI

DA FISCALIZAÇÃO POR PARTE DAS OBM

Art. 13 As autoridades com atribuição para a concessão do benefício, são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas previstas nesta Portaria.

Parágrafo único. Os comandantes, os chefes imediatos, os responsáveis pelas secretarias das OBM ou equivalentes e os escalantes das OBM, exercerão o controle de seus respectivos militares beneficiados.

Art. 14 A manutenção do militar em regime especial de trabalho irregularmente, caracteriza transgressão disciplinar, sendo passível de punição o militar beneficiado, bem como aquele que permitir, facultar ou facilitar por ação ou omissão a permanência do militar nesta situação.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O Regime Especial de Trabalho também poderá ser concedido a militares matriculados em outros cursos de curta duração que tenham relação com as atividades desempenhadas pela Corporação, portanto, de interesse do serviço.

Art. 16 Excepcionalmente, diante das circunstâncias, poderá ser concedido Regime Especial de Trabalho ao militar matriculado em entidade de ensino localizada fora do Distrito Federal. Neste caso deverá ser considerado o tempo médio gasto nos trajetos de deslocamento.

Art. 17 Semestralmente, na primeira quinzena do mês de agosto e do mês de fevereiro, as autoridades capituladas no art. 2º da presente Portaria, deverão remeter a Diretoria de Pessoal, a relação de seus militares beneficiados com o Regime Especial de Trabalho de que trata o art. 1º desta portaria, contendo o posto/graduação, nome, matrícula, curso que realiza, unidade de ensino e horário de frequência, para registros em banco de dados de todos os militares que se encontram nesta situação.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pelo chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante e em última instância pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 19 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 Revogam-se a Portaria n.º 18, de 13 abr. 2004, publicada no BG n.º 68, de 14 abr. 2004 e demais disposições em contrário.

Brasília/DF, 14 de abril de 2005.

148º do CBMDF e 45º de Brasília

SOSSÍGENES DE OLIVEIRA FILHO - CEL QOBM/Comb.
Comandante-Geral